



REQUERIMENTO Nº 185 / 2026

REQUER AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA QUE ENVIE OFÍCIO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEMED), SOLICITANDO INFORMAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO EXERCÍCIO DE 2025.

Autoria: Vereador ELVIS SILVA CRUZ - ZÉ DO BODE

Requeiro ao Presidente da MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS – Vereador Anderson Moratório, que depois de cumprido o rito regimental e ouvido o soberano plenário desta casa de leis, oficialize ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Parauapebas, por meio da Secretaria Municipal de Educação (Semed), solicitando o encaminhamento de informações detalhadas e documentação comprobatória da aplicação de verbas federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no exercício de 2025.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria Municipal de Educação (Semed) se notabilizou no início da gestão do prefeito Aurélio Goiano pela quantidade de advogados que foram “hospedados” nos corredores da pasta, muitos deles usurpando **cargos comissionados de coordenador pedagógico** que, a rigor e pelo bem do desenvolvimento da educação pública, deveriam ser ocupados por pedagogos ou profissionais licenciados nas disciplinas do ensino básico.

A titular da pasta, a advogada Maura Paulino, procurou se cercar de um batalhão de bacharéis em Direito, e a Semed até virou motivo de piada por contar com “um advogado em cada esquina”.

No entanto, a partir de 2025, a Secretaria de Educação — que foi ocupada com a soberba de ser sinônimo de probidade, moralidade e cumprimento rigoroso das leis —



acabou por se tornar um **antro de ilegalidades e dor de cabeça para a própria gestão** e, principalmente, para os cidadãos.

Vamos recordar as flagrantes ilegalidades e as absurdas imoralidades perpetradas pela turma “da lei” na Semed? Recordar é viver.

Quem não se lembra da **contratação da forasteira Impacto**, em janeiro do ano passado, para fornecer merenda por R\$ 14,7 milhões, via dispensa de licitação? A repercussão foi tão horrorosa que a Semed acabou rescindindo o contrato, e a empresa de Goiânia (GO) até se rebelou contra a gestão municipal.

E o polêmico contrato de reforma das escolas, por R\$ 24,5 milhões, feito para agradecer a **construtora forasteira Porto**, lá de Palmas (TO)? E olha que o contrato era executado por “gatos” da região. Os serviços não resistiram às primeiras chuvas.

Há mais iniquidades: o **fechamento da Escola Elisaldo Ribeiro** até hoje injustificado, que revoltou a comunidade do Liberdade; a **supressão de vagas** na educação infantil; a **diminuição da oferta de transporte escolar**; a **demissão de assistentes pedagógicos** para cuidar de crianças especiais; o **pagamento de folha com royalties**; e o **superfaturamento de itens da merenda escolar** à luz do dia. A lista de improbidades é infinita e uma sessão legislativa apenas não daria conta de enumerá-las.

Mas tem um detalhe informado ao Portal da Transparência pela famosa “equipe técnica” que não bate com os dados oficiais: a **prestação de contas das verbas federais da merenda recebidas pela Semed, em 2025, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**.

Enquanto a Prefeitura informa no Portal da Transparência ter **gasto apenas R\$ 758.679,25** em 37 pagamentos a cooperativas e associações fornecedoras de insumos da agricultura familiar, o Ministério da Educação (MEC) detalha ter repassado ao Município de Parauapebas **R\$ 6.160.711,70**. A conta não fecha.

Se o MEC repassou a Parauapebas R\$ 6 milhões em recursos federais para custear a merenda, e a Semed só utilizou R\$ 758 mil, temos de saber **onde foram parar R\$ 5.402.032,45 em recursos federais**.

Há inúmeros relatos de falta de merenda em algumas escolas ou “tem isso, mas falta aquilo”, o que difere do discurso e da propaganda institucional por meio da qual a secretária Maura Paulino tenta pintar uma realidade de “merenda farta sensacional”, mas que não cola entre crianças e pais de alunos — sem contar que os meios utilizados para comprar a merenda são para lá de duvidos, com alto teor de direcionamento e superfaturamento.

ENTENDA O MISTÉRIO ENVOLVENDO AS VERBAS FEDERAIS DA EDUCAÇÃO, NA GESTÃO DE MAURA PAULINO, EM 2025

O MEC, via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassou à Prefeitura de Parauapebas:

R\$ 6.160.711,70

O MEC fez 49 pagamentos, entre 6 de fevereiro e 2 de dezembro, de recursos do Pnae à



conta 39986-8 da Prefeitura na agência 3245-X

O Portal da Transparência do Município de Parauapebas registra e conforma o recebimento de R\$ 6.160.711,70

A Prefeitura, por meio do Fundo Municipal de Educação (Fumep), informou no Portal da Transparência que gastou:

R\$ 758.679,25

A Semed fez 37 pagamentos entre 18 de fevereiro e 22 de dezembro a cooperativas e associações que fornecem insumos da agricultura familiar

Sobraram assim = R\$ 5.402.032,45

A pergunta que não quer calar:

o que foi feito e onde foi parar o restante das verbas federais da merenda?

Diante dos fatos, e na atribuição a mim conferida de fiscal do povo para dar respostas à população, requeremos:

- 1) Que a Semed apresente a documentação comprobatória de todas as despesas efetuadas com recursos do Pnae no exercício de 2025;**
- 2) Apresente o extrato e o saldo da conta do Pnae, já que R\$ 5.402.032,45 não foram lançados em pagamentos de despesa no Portal da Transparência;**
- 3) Explique as razões de não ter utilizado em sua integralidade verbas federais provenientes do MEC na merenda escolar;**
- 4) Explique, caso tenha utilizado integralmente os recursos, as razões pelas quais não efetuou o correto lançamento no Portal da Transparência ou, muito pior, fez maquiagem dos dados.**

Diante de um cenário de possíveis graves irregularidades na utilização de verbas federais, antecipamo-nos em alertar que, caso não haja manifestação do Poder Executivo municipal em 15 dias, **encaminharemos denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), à Polícia Federal (PF) e ao Tribunal de Contas da União (TCU)**, órgãos aos quais compete fazer a vigília de recursos oriundos de transferências da União.

A recalcitrância da gestão municipal em cometer irregularidades, bem como atos improbos com indícios de malversação, principalmente por quem deveria guardar o Direito e garantir direitos sociais, não passará batido por este parlamentar.

Dada a relevância da matéria, pedimos que o Senhor Presidente da Mesa Diretora desta Casa dispense a atenção que o assunto exige e conclamamos os Nobres Pares para aprovar este Requerimento à unanimidade.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
**CÂMARA MUNICIPAL
DE PARAUAPEBAS**

**GABINETE VEREADOR
ZÉ DO BODE**

Sala das Sessões, 29 de abril de 2026

**Vereador – Elvis Silva Cruz
ZÉ DO BODE**